

LEGADOS E RELEGADOS DA COPA DO MUNDO : QUANDO O DIREITO À CIDADE É VIOLADO

APOIO :

rls

Instituto Rosa Luxemburg Stiftung

**COMITÊ POPULAR DA
COPA PERNAMBUCO**

**#NÓS
VALEMOS
MAIS**

Índice

APRESENTAÇÃO.....	03
1. DEBATE PÚBLICO: BALANÇO DOS IMPACTOS DAS INICIATIVAS DA COPA DO MUNDO E AS IMPLICAÇÕES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	05
2. O NORDESTE URBANO NO CONTEXTO DA COPA DO MUNDO DE 2014: Um balanço dos impactos pelos Comitês Populares locais.....	19
3. OS CONFLITOS, AS LIÇÕES DA LUTA E ALTERNATIVAS NOS TERRITÓRIOS: depoimentos dos/as atingidos/as pelas remoções das obras da Copa do Mundo, no Nordeste.....	29
4. OUTRAS QUESTÕES DE REALCES.....	36
5. AGENDA DE LUTAS e ENCAMINHAMENTOS.....	39
6. SITES e VÍDEOS RECOMENDADOS.....	41
ANEXOS.....	45

APRESENTAÇÃO

O presente documento registra as reflexões, os depoimentos, as proposições e encaminhamentos do Seminário “Legados e Relegados da Copa do mundo: Quando o Direito à Cidade é violado”.

A ação aconteceu nos dias 29 e 30 de novembro e 01 de dezembro de 2013, na cidade do Recife, e foi idealizada pelo Comitê Popular da Copa de Pernambuco, reunindo diversas organizações, coletivos, coalisões, grupos, partidos, intelectuais, feministas e militantes.

Tratou-se de uma iniciativa propositiva e dialógica, que articulou os Comitês populares da Copa no Nordeste, por esta razão, contou com a presença de representantes dos Comitês Populares da Bahia, do Ceará, do Rio Grande do Norte, além de integrantes do Comitê Popular da Copa de Pernambuco.

Pretendeu-se, de um lado (a) favorecer a ocorrência de um debate público e aberto com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, pesquisadores e formadores de opinião, legisladores e governos e especialmente as famílias que estão em situação de violação de seus direitos e, de outro lado (b) procurou-se organizar uma agenda pública de enfrentamento coletivo – no âmbito da região Nordeste e nacionalmente contra as violações dos direitos dessas famílias e em favor de construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento urbano para as cidades já impactadas regionalmente pelos grandes projetos ligados à Copa do Mundo de 2014.

A iniciativa contou com o apoio da Fundação Rosa de Luxemburgo (www.rls.org.br/), através de uma parceria com a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – www.fase.org.br). O Comitê Popular da Copa de Pernambuco (<http://comitepopularpe.wordpress.com>) consolidou e realizou o Seminário que procurou partilhar experiências, situações, aprendizagens, histórias de luta e de resistência nos contextos de realizações de obras para os megaeventos esportivos internacionais, em especial, a copa do mundo de 2014.

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO “LEGADOS E RELEGADOS DA COPA DO MUNDO: QUANDO O DIREITO À CIDADE É VIOLADO”

	29/11, sexta-feira	30/11, sábado	01/12, domingo
M A N H Ã	Chegada e acomodação dos/as participantes	Abertura: Waneska Bonfim (ETAPAS) RODA DE DIÁLOGOS: O Nordeste urbano no contexto da Copa do Mundo de 2014: um balanço dos impactos pelos Comitês Populares locais: Coord: Germana Santiago (Observatório das Metrópoles Recife) • Comitê Popular da Copa do Ceará • Comitê Popular da Copa do Rio Grande do Norte • Comitê Popular da Copa de Pernambuco • Comitê Popular da Copa da Bahia Debate	CONSTRUINDO UMA AGENDA RUMO AO ENCONTRO NACIONAL DOS AFETADOS PELA COPA). Coord: Rodrigo (Cendhec) e Claudio (Habitat) • Rep. ANCOP • Rep. Rede Combate Exploração Sexual • Rep. FNERU (Fórum Nordeste de Ref. Urbana) • Rep. Fórum de Juventudes NE • Rep. Universidade RODADA DE DEBATES E ENCAMINHAMENTOS Encerramento do Seminário
T A R D E	INTERCAMBIO I (VISITA Dra. RAQUEL ROLNIK, RELATORA DA ONU PARA O DIREITO À MORADIA ADEQUADA): VISITA CONJUNTA às áreas e às famílias em situação de remoção (COQUE/Recife, LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO/Camaragibe).	INTERCAMBIO II (OFICINA): OS CONFLITOS, AS LIÇÕES DA LUTA E AS ALTERNATIVAS NOS TERRITÓRIOS: depoimentos dos atingidos pelas remoções das obras da Copa do Mundo, no Nordeste. Coord: André Souza (Rep. ANCOP) • Fortaleza • Natal • Salvador • Recife (Coque) - Camaragibe (Loteamento S. Fco) Coord: FAGES/UFPE A partir dos depoimentos, construção no coletivo de uma SÍNTESE dos conflitos e das lições da luta. RODADA LIVRE APÓS A SÍNTESE: Comitês Populares de CE, RN, PE e BA apontam iniciativas que podem ser tomadas conjuntamente para enfrentamento dos impactos das obras da Copa sobre (i) as populações atingidas e sobre (ii) o modelo de desenvolvimento urbano em curso nas metrópoles de Fortaleza, Natal, Salvador e Recife.	
N O I T E	ATIVIDADE ABERTA AO PÚBLICO (local: Faculdade de Direito/UFPE) Mesa Redonda: balanço dos impactos das iniciativas da Copa do Mundo e as implicações sobre os direitos humanos no Brasil. Evanildo B. Silva - Comitê Pop. Copa Pernambuco/FASE Expositores: • Raquel Rolnik (Relatora especial Cons. Direitos Humanos da ONU Direito à Moradia Adequada) • André Souza (ANCOP e Comitê Pop. da Copa CE)		

1. DEBATE PÚBLICO: BALANÇO DOS IMPACTOS DAS INICIATIVAS DA COPA DO MUNDO E AS IMPLICAÇÕES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Raquel Rolnik¹

Boa noite a todos e todas, eu estou muito contente e agradeço muito o convite para estar aqui, na verdade estava devendo essa visita e esse encontro há um bom tempo. Pra mim duas coisas muito importantes aconteceram hoje, uma visita às comunidades, ao Coque (Recife), e também à Camaragibe (Loteamento São Francisco), com muitos aprendizados, pude ver o que realmente está acontecendo, lá na ponta, e a segunda coisa, foi que pela primeira vez em seis anos de mandato como relatora do direito à moradia adequada no mundo, e tendo visitado e percorrido vários países, foi a primeira vez que eu dei com a cara na porta de uma câmara municipal, que se recusou a receber um debate público.²

Isso aconteceu comigo, então, muito obrigada, por me proporcionar essa experiência. E essa experiência e atitude me parecem bastante eloquentes e significativas, da forma através da qual a organização de um megaevento esportivo internacional, ou no bojo da organização de um megaevento esportivo internacional, se vai constituindo um espaço para desconstituir direitos. Falar isso aqui em Recife, Pernambuco me parece que é falar de um processo com uma intensidade muito grande, na medida em que a história da luta das comunidades, das favelas, desde os mocambos, tendo o seu reconhecimento, o reconhecimento da sua existência, pelos direitos a

¹ Raquel Rolnik é relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia Adequada.

² O local original do Debate Público, previamente acertado com o Executivo Municipal do Recife e depois confirmado com o Legislativo local, seria a Câmara de Vereadores do Recife. No entanto, de forma unilateral e no exato horário divulgado do debate, o Presidente da Câmara de Vereadores informou (por telefone e enquanto as pessoas aguardavam a abertura do auditório) que a Casa estava fechada por questão de segurança e para preservação do patrimônio público. (veja anexo “Vicente nega ser autoritário”). Felizmente, a Faculdade de Direito/UFPE rapidamente acolheu a iniciativa, a quem agradecemos publicamente.

integração à cidade, pelos direitos de cidadania, foi uma luta que guiou a luta do reconhecimento à moradia no Brasil. Isso nasceu aqui em Pernambuco. Recife foi um dos nascedouros de luta pelo reconhecimento do direito à moradia. Talvez nos anos trinta, quarenta, nos anos cinquenta, nos anos sessenta, não tinha esse nome, não era articulada dessa forma, mas muito claramente a ideia que também se transformou numa prática, num marco legal, num marco jurídico, numa forma de abordagem do planejamento urbano e da política urbana, através no estabelecimento das zonas especiais de interesse social, e do processo participativo de construção dessa integração, integração de baixo para cima, com quem está lá, a partir das suas necessidades, a partir das suas demandas, isso também nasceu aqui! E por isso é muito, muito chocante ver isso se desconstituir. Passou de moda, não é mais a moda. A moda agora é outra. Se a gente for entender como são construídos esses processos e esses projetos, a falta de diálogo e participação popular, o esvaziamento das esferas de participação institucionais, a sua transformação, e o fato de que todo processo decisório sobre a política urbana não passa mais por ali, não é diferente, não é sem relação com o conteúdo do projeto de transformação que uma nova política urbana procura implementar, ou seja, a gente sempre achou e sempre lutou para que o processo de construção da políticas públicas fosse participativo, para que o produto dessa política publica pudesse ser voltado para as maiorias, e não ser excludente. Então existe uma enorme relação entre essas duas coisas. E eu estou falando disso porque se a gente tomar o conceito do direito à moradia adequada tal como ele é definido no marco internacional dos direitos humanos, e isso como relatora é o que eu venho trazer, a ideia de direito à moradia nada tem a ver com a ideia de que a moradia é mercadoria, um bem, um produto que você compra, ou mesmo um ativo financeiro, alguma coisa que serve para que através da propriedade desse bem você possa levantar mais dinheiro, ter mais financiamento, etc. A ideia de moradia como direito humano é a ideia de que moradia adequada é um lugar, a partir do qual os indivíduos, as comunidades e as pessoas possam ter acesso a condições para poder atender ao conjunto de seus direitos, então a moradia é uma espécie de portal, de porta de entrada para o direito à educação, para o direito à saúde, para o direito à expressão cultural, para o direito a não discriminação, para os outros direitos, o direito ao acesso ao

trabalho, às oportunidades econômicas, às oportunidades culturais, e portanto, a moradia não é quatro paredes e um teto, tijolo, concreto, custa tanto, vale tanto. Não é isso.

A moradia adequada é um lugar em um território, a partir do qual as suas necessidades humanas de proteção, de desenvolvimento, possam acontecer. E o conceito do ponto de vista dos direitos humanos é a realização progressiva do direito à moradia, ou seja, a ideia de que os estados progressivamente vão melhorando essas condições de moradia, de modo que progressivamente, cada vez mais, a moradia vai permitir que os habitantes possam ter acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ao meio ambiente adequado, ao lazer, etc. Eu estou falando isso porque exatamente isso parece diametralmente oposto a maneira como a moradia tem sido tratada no Brasil e no mundo. Não dá tempo aqui de desenvolver tudo isso como raciocínio, mas tudo isso está disponível nos relatórios produzidos, no site da relatoria 'direitoamoradia.org', toda essa análise. A moradia, assim como outros aspectos da vida, em alguns locais a educação ou a saúde, ou outros aspectos como o saneamento, foram se transformando não em direitos humanos na sua dimensão social, mas cada vez foram se transformando em campo de investimento do capital, e mais particularmente, do capital financeiro, global, dos excedentes, dos petrodólares, do dinheiro acumulado na China, no dinheiro acumulado nos Estados Unidos, que fica rodando pelo mundo procurando aonde ele pode ser investido, aonde ele pode pousar pra poder gerar, extrair mais dinheiro, e a produção e o espaço urbano acabaram se transformando nessa enorme fronteira para expansão do capital, e um megaevento esportivo é simplesmente a melhor condição para que isso possa acontecer. Por três razões: i) O megaevento esportivo, por ter uma exposição pública internacional, imediatamente toda imprensa do mundo inteiro fala sobre aquela cidade que vai sediar aquele evento. No dia do evento todo mundo fica mostrando e falando, ou seja, é propaganda de graça pra todos os empreendimentos e todos os negócios ligados a esse evento, já que têm uma enorme exposição pública para bilhões de pessoas no mundo inteiro, através da exposição em jornais, etc; ii) O megaevento esportivo, e particularmente no Brasil, um megaevento ligado ao futebol, mobiliza o sentimento nacionalista, mobiliza a alma das pessoas. 'Vamos competir', 'vamos ganhar', 'é o nosso Brasil', 'vamos aparecer'... Isso

teve várias versões ao longo da história, na guerra fria era fundamental os Estados Unidos ganharem da Rússia e da China, era uma questão de quem manda foguete e quem ganha nas olimpíadas e nas copas, era isso. Agora, nesse momento, esse sentimento continua existindo, então ele mobiliza e, portanto, ele tem uma adesão por parte da população e dos cidadãos, e mais particularmente o futebol, que faz parte da nossa alma, da nossa cultura, do nosso corpo, um evento ligado ao futebol mais ainda vai mobilizar e envolver as pessoas e, portanto, criar um espaço para aquilo que tem se denominado como um '*estado de exceção*'. Ou seja, em nome do evento, em nome disso, é possível fazer algo que seria inimaginável em outras condições, e isso a gente pode ver aqui como em outros países, onde foi sendo construída uma legislação onde, para fazer as obras, não precisa mais obedecer a lei de licitações, um processo de construção dos projetos onde não precisa mais fazer todas as avaliações de impacto ambiental, ou não precisa mais fazer todo processo de debate público. Projetos que pode não ter nenhuma coisa a ver com o planejamento, ou os planos diretores, ou os planos anteriores, nada! Mas que, exatamente em função da possibilidade de fazer lindo, rápido, realizar, o 'governo de realizações', então, a gente vai passando por tudo. Eu adoro a expressão dos afetados pela construção do VLT em Fortaleza, que chamam o VLT de 'Vai Lascando Tudo'. É isso! O trem da Copa vai lascando tudo. E exatamente o que eu falei no começo, vai desconstituindo direitos, então, e aquilo que estava garantido na legislação? Mas não tinha que passar pelo conselho? Mas não tinha que ter uma audiência pública? Mas era um processo...? Mas não era uma ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social)? Mas não tinha o plano de uma PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social)? Tem problema não, pode rasgar tudo! Pode desconstituir tudo, porque o que importa é realizar e viabilizar. A grande questão - acho que é isso que é mais radical - me parece é que pode até fechar a Câmara, em Recife, para um debate público! Não estamos no Qatar, nem na China, estados de tradição autoritária, então é possível fazer isso, mas, não é o megaevento. Não é a Copa. Essa é a grande questão! O megaevento, a Copa, digamos, abre essa possibilidade, e a grande questão é que a partir dela você escancara uma porta e aí vai passando tudo. Processos e projetos ligados a esses megaeventos ou não, que vão, na verdade, transformando e

capturando o espaço e o território, única e exclusivamente como campo de valorização de investimento financeiro, abstrato, internacional e globalizado, com um pequeno detalhe: no território tem gente morando. E hoje quando eu passei no Coque, quando eu passei em Camaragibe tinha gente absolutamente deprimido e desesperado porque aquele espaço que ela tinha passado a vida inteira, simplesmente, um dia alguém chegou e falou: Cai fora! Vamos caindo fora daqui. E vamos caindo fora sem ter a mínima preocupação de como aquele indivíduo, aquela família, aquela comunidade está recebendo aquela notícia. Quem eram aquelas pessoas? Que condição elas têm de continuar vivendo aqui ou ali? Onde elas poderiam viver? Isso não importa a mínima! O território é um papel desenhado de um lote, com um número associado a um valor para poder permitir que o processo seja realizado.

Quero terminar dizendo que embora as remoções sejam a face mais cruel, imediata e humana desse processo, precisamos enxergar o processo inteiro. As remoções são um pedacinho do iceberg, de uma coisa muito mais ampla, de uma desconstituição de direitos muito mais perversa que isso. Mas, a remoção forçada – é esse termo que a gente usa no campo dos direitos humanos – quando não respeita muito claramente processos, modos de fazer, que a legislação internacional deixa muito claro quais são, quando não respeita isso, ela viola os direitos humanos! E, portanto, do ponto de vista do direito internacional, e dos tratados que o Brasil firmou, ratificou, ela é ilegal. Quando ela viola ela é ilegal. E no que ela viola e porque ela viola? E como é possível fazer deslocamentos e remoções sem violar direitos? Porque sim, é possível fazê-la sem violar procurando-se respeitar e entender três aspectos: direito à informação e à participação, sobretudo, antes do projeto. Qualquer projeto que vai afetar, vai exigir o deslocamento de gente sem a pessoa querer, mesmo que o motivo dessa remoção seja de interesse público, por exemplo, construir uma escola no lugar que não tem nenhuma e está cheio de crianças, e só tem aquele lugarzinho, então vamos deslocar as famílias pra fazer a escola, etc. Mas é assim, primeiro, chama a comunidade e pergunta como será a melhor forma de fazer? Será melhor colocar aqui, colocar lá? Nesse terreno, naquele terreno? A mesma coisa vale para uma avenida, pra um eixo de mobilidade. É preciso discutir o projeto para diminuir o número de remoções. Tem que construir alternativas a ela, e se não for possível, diminuir o número de

remoções. Especialmente numa comunidade bastante vulnerável. É muito difícil tirar idosos, gente de baixa renda, mulheres sozinhas com seus filhos, as crianças... Todos sofrem, então evitar é a melhor forma, se não dá pra evitar, qual a melhor forma de fazer? Essa é a primeira questão. A segunda é a regra de ouro do direito à moradia que é realizar progressivamente. Ou seja, mesmo que o Estado não tenha recursos para garantir pra todos hoje, a melhor condição de moradia nesse momento, a ideia é que vá progressivamente melhorando. As comunidades vão melhorando, então vai asfaltando, vai pondo água, vai montando a escola, vai melhorando a condução, de modo que isso vá sempre para frente. O que não pode é ir para traz. Então quando a gente faz uma remoção a nova situação tem que ser melhor do que a antiga, e é absolutamente proibido em uma remoção deixar a pessoa sem teto. E uma indenização de cinco mil reais, de seis mil, de dez mil reais é produzir um sem teto. Por cinco mil reais hoje você não compra nem um barraco na maré. Isso não pode acontecer. Em vez de resolver o problema dele, você piorou. Isso é absolutamente contrário ao direito à moradia adequada. As soluções são ou reassentamento o mais perto possível do local da moradia, com a melhor condição possível, desenhado e discutido com a comunidade, ou uma compensação financeira, para permitir que aquela família possa ter uma casa ali naquele lugar, naquele bairro, e continuar morando lá. Infelizmente não é isso que eu vi hoje aqui. Infelizmente ouvi o seguinte tanto do governo do estado quanto da prefeitura (para quem eu fiz questão de pedir uma reunião e ir conversar antes da visita às comunidades³): “Ah, mas a legislação não permite que se paguem indenizações pra quem não é dono da terra”. E eu ao ouvir isso fiz a seguinte pergunta “E a constituição brasileira que garante que quem esta há cinco anos morando, num lugar que é pra sua moradia, sem ter alternativa, tem o direito de ser o dono dessa terra?” Nós fizemos o que com essa com essa Constituição? Vai lascando também a Constituição? E aí só vale o direito imobiliário, mas nada? Então essa é a situação, e isso não acontece só aqui em Recife, acontece Brasil afora. Mas também no país inteiro tem grupos, coletivos, movimentos e afetados que estão resistindo, ainda

³ Nota: por iniciativa da própria Raquel Rolnik e antes da visita às comunidades afetadas pelas obras da Copa, ocorreu uma reunião entre ela e as autoridades locais tanto da Prefeitura do Recife como do governo estadual, o que é um procedimento formal do exercício de relatoria, mesmo que em visita não oficial.

acreditam que têm direitos, ainda acreditam que são portadores de direitos e, portanto, estão lutando, denunciando, insistindo, resistindo pra que as coisas sejam de outro jeito. Tenham certeza que assim como vocês que estão aqui, tem outras centenas de pessoas, em outros lugares, também vivendo e resistindo. E de certa maneira isso apareceu também nas jornadas de junho, que surpreendeu muita gente, mas não surpreendeu quem estava na luta resistindo e denunciando. A gente descobriu que tem milhões de pessoas que também tão achando que tem problemas. E a gente precisa lembrar que as hegemonias sempre são conjunturais, uma coalisão que parece indestrutível num dia, no dia seguinte dá uma virada. Acho que a gente tem que ter esperança, tem que acreditar muito claramente que a defesa dos direitos urbanos e direitos humanos é ainda fundamental e vale a pena. Bola pra frente!

Boa noite a todos e a todas. Separei minha fala em três partes: Primeiro como a gente pensa nessa conjuntura em que surgiram os megaeventos aqui no Brasil, o que é que existia do ponto de vista tanto das cidades brasileiras, quanto dos movimentos sociais; depois vou apresentar um pouco a ANCOP, já que a gente está aqui representando a Articulação Nacional dos Comitês; e, por fim, vou colocar alguns dados que estão presentes no dossiê nacional megaeventos e violações dos direitos humanos, que vai ter sua terceira edição lançada. Então a gente pensando qual o contexto em que ocorre isso, pra tentar compreender um pouco melhor o porquê dessa onda de mobilização que está ocorrendo, essa nova conjuntura em termos de novas tecnologias comunicacionais, informacionais, que também têm contribuindo muito com os processos de resistência, e não só de resistência, mas também de construção de alternativas e de avanço, então, a gente vê que essa conjuntura ocorre num momento em que o processo de metropolização nas cidades brasileiras já está bem avançado, esse processo que se consolida a partir da década de 70 e chega ao século XXI bastante avançado. A FIFA e a Copa abocanham nada menos do que as doze principais metrópoles do Brasil. É um ponto de vista conjuntural, estratégico e também como a Relatora Raquel Rolnik bem lembrou, um sentimento supostamente patriótico que vem junto com o futebol, e quando a gente vê que alguns não esperavam, o povo se levanta. No caso de Fortaleza, por exemplo, tivemos uma situação em que o Brasil estava jogando, e tinha mais gente fora se manifestando, do que dentro do estádio. No estádio Castelão tinha em torno de 50 mil pessoas, e fora tinha em torno de 70 a 100 mil pessoas pelas contas da policia federal. Então essa é uma questão importante. Esse megaevento ocorre também dentro de um contexto que consolida cerca de vinte anos de experimentações que surgiram em torno de processos de democratização das cidades brasileiras. As tentativas, os ensaios de democratização que temos a partir da década de 90 principalmente, e a partir de um agente totalmente hierarquizado, ou seja, a partir de uma empresa, que é a FIFA, muitas vezes somos levados a acreditar que a FIFA é

⁴ André Lima Souza é professor de economia da Universidade Federal do Ceará, integrante do Comitê Popular da Copa Ceará e da Articulação Nacional dos Comitês da Copa (ANCOP).

uma entidade democrática, cujos dirigentes são eleitos democraticamente, mas na verdade a FIFA é a uma instituição de direito privado, uma empresa, que como toda empresa busca o lucro, busca maximizar o seu lucro. Então dentro dessa conjuntura participativa, todo esse processo de tentativa de uso de instrumentos válidos - claro que muitos deles bastante desgastados, como o orçamento participativo - mas que são experiências que trouxeram um acúmulo importante, nem que seja pra depois a gente dizer que se tenha que inventar outros instrumentos, pois ocorre num contexto de cima para baixo. No caso de Fortaleza que já foi muito emblemático, o orçamento participativo de lá, por exemplo, se tornou praticamente uma piada, tendo em vista o que foi utilizado em termos de orçamento (comparado ao que já foi utilizado para um evento que vai durar um mês) 9,4 milhões de reais para o orçamento participativo o torna praticamente irrisório.

Esse megaevento ocorre também numa conjuntura de transição, onde há mudanças importantes do ponto de vista dos movimentos populares. A gente vê principalmente ao longo dos anos 2000 uma fragmentação e um dissenso dos movimentos populares e a gente começa a perceber uma virada do ponto de vista das organizações populares e do ponto de vista da cidadania ativa. Então são criados espaços de convergências dentro desse contexto, os Comitês populares se propõem a ser isso nas doze cidades sedes, se propõem a ser um espaço de convergência dos movimentos, dos setores progressistas ou avançados da academia, de organizações não governamentais sintonizadas com os movimentos populares também. A ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares) também tem tido uma experiência muito rica de resistência em escala nacional e até internacional. Lançamos um vídeo que foi apresentado na ONU, provavelmente vocês já assistiram, que chama Copa 2014 quem ganha com esse jogo? Ele foi lançado no conselho de direitos humanos da ONU, em Genebra e lançamos aqui no Brasil, o que teve uma grande repercussão. Esse momento de virada é muito simbolizado com o mês de junho de 2013 que já entrou pra história em termos de mobilização popular. Ele pode ser considerado como um marco de retomada das organizações populares e da mobilização de rua. Então, isso ocorre um ano antes da copa do mundo. Talvez fosse esperado 'pegar' em 2014, mas de repente em 2013 o

negócio já balançou, ou como a gente fala no Ceará, já baldeou tudo! Então a copa do mundo de 2014 vai ocorrer numa conjuntura completamente nova. Enfim, a experiência da articulação dos Comitês populares articula comitês das 12 cidades sedes, que tem perfis diferentes entre si. Normalmente é composto por moradores, pessoas atingidas, por movimentos sociais que já vinham se organizando em torno do direito à cidade, no controle social e popular das cidades, como eu falei, constituídos também por setores das universidades que têm contribuído muito em todos os comitês, por militantes sociais de esquerda, Ongs, etc. A ANCOP também tem se posicionado desde 2010, quando surgiu, quando já se constituíam comitês nas 12 cidades sedes, vem se posicionando sobre temas relevantes, relacionados a megaeventos. É o caso da Lei Geral da Copa; o caso das drásticas, ou insensíveis e esdrúxulas considerações do secretário geral da FIFA Jérôme Valcker; no caso da demissão do ministro dos esportes, por exemplo, o Orlando Silva; no caso da realização de workshops dentro do ministério das cidades; enfim, se posicionou também em relação aos resultados do GT moradia adequada, que foi criado pra verificar resultados de violações de direitos humanos nos megaeventos, era um trabalho que era pra durar poucos meses, saiu com mais de um ano e um relatório que apresentou um resultado que foi muito fraco (a ANCOP também se posicionou contrario a esse relatório insuficiente).

Bom, a partir de agora eu vou colocar alguns dados do dossiê, que está no portal “portalpopulardacopa.org” que é o portal principal que a gente utiliza, que a gente coloca informações dos comitês populares em todo Brasil. A gente tem percebido que em torno da copa do mundo no Brasil há processos decisórios atropelados, por governos ou entidades privadas, grandes corporações, há desrespeito a legislação e aos direitos ambientais, trabalhistas, e aos direitos humanos. Há um desperdício de recursos públicos e um hiperendividamento do Estado (basta lembrar que o ultimo calculo que a gente fez foi há um ano e meio atrás mais ou menos, a gente colocava pagos em eventos, não só a copa do mundo, mas também as olimpíadas algo em torno de 111 bilhões de reais a serem utilizados para preparação desses megaeventos). Então são recursos que vêm de algum lugar, e vêm, sobretudo, da Caixa Econômica Federal, do BNDES, são recursos públicos que são utilizados, quando na verdade, antes

do Brasil ser escolhido como país sede, o discurso era que seria a iniciativa privada que iria investir, e o que acontece é exatamente o oposto. São recursos públicos, fruto do processo de endividamento do Estado, que vão ter que ser pagos em dez, vinte, trinta anos. Então, também um contexto de cidades de exceção, com medidas provisórias, leis votadas de forma irregular, excessos de legislação e de portarias, etc. Um contexto que traz violações ao princípio da impessoalidade, da universalidade da publicidade e da democracia participativa. Na verdade a gente vive em uma democracia direta do capital por meio da FIFA, que conta com a subserviência dos governos e de todos os três poderes. Acabamos de ver um caso bem exemplar, que foi o caso da Câmara de Vereadores do Recife, mas em todas as capitais acontece a mesma coisa. Em Fortaleza, por exemplo, a Assembleia Legislativa convocou uma audiência pública pra debater o caso do VLT, que é o caso mais emblemático na nossa cidade, e sequer o governo se deu o trabalho de enviar um representante para essa audiência pública. A FIFA submete os governos a seus caprichos tornando o megaevento literalmente um negócio. Então, em princípio, a ANCOP vinha fazendo mais uma luta de resistência, mas percebemos, com o tempo, que também a gente poderia construir alternativas, como por exemplo, no caso da comunidade de da Vila Autódromo no Rio de Janeiro, da favela da Paz em São Paulo, como é o caso da comunidade dos trilhos em Fortaleza, que construíram propostas alternativas, e geralmente, quando isso ocorre é um fato interessante porque você sai da mera denuncia e resistência para uma outra perspectiva de construção de alternativas. Bom, mas essa copa do mundo também não ocorre do nada. Houve, antes do Brasil ser escolhido como país sede da copa, um compromisso assumido pelo governo do então Presidente Lula de favorecer as condições para sediar a copa do mundo. Isso inclui a isenção fiscal para as empresas, isso inclui o não pagamento de PIS e Cofins, isso inclui isenção de imposto de renda, de contribuição previdenciária, de IOF, a suspensão do direito a meia entrada dos ingressos da copa, regimes especiais de tributação para construção, reforma e ampliação dos estádios, além disso o governo se comprometeu a garantir estrutura para viabilizar os serviços. Um dos casos também bem emblemáticos em Fortaleza foram 200 milhões para instalação de fibra ótica nos estádios financiados pela Telebrás. Além disso, percebemos também uma má utilização, no mínimo, dos recursos

públicos. Para se ter uma ideia, um estudo realizado pelo sindicato nacional de empresas de arquitetura e engenharia construtiva, concluiu que cinco dos doze estádios poderão ficar vazios após a Copa do mundo: Brasília, Cuiabá, Manaus, Natal e Recife, onde a capacidade de utilização não seria de grande envergadura. Estão ocorrendo irregularidades na construção dos estádios, do ponto de vista do direito à moradia. A primeira versão do dossiê nacional, a gente tinha calculado aproximadamente cento e setenta mil pessoas diretamente impactadas que iriam perder suas casas; em maio desse ano a gente fez uma nova estimativa de duzentos e cinquenta mil pessoas nas doze cidades sedes. Há também um processo de retirada dos serviços públicos e remoções violentas. Uma das estratégias que o Estado tem feito para avançar com o processo de remoções é esvaziar as comunidades de serviços públicos, que faz com que as comunidades mesmo 'queiram' sair. De repente fecha o posto de saúde, a escola, vai esvaziando a comunidade de serviços, e aí vem o processo de remoção, ou seja, quando há uma intervenção que vai trazer algum benefício essas pessoas são chamadas a se retirar. O Estado não chega com serviços, não chega com a garantia de um direito constitucional que é o direito à propriedade, no caso de usocapião, mas também no caso de áreas federais, concessão de uso especial para fins de moradia e quando o Estado chega é para remover as pessoas de forma abrupta e pouco dialogável, pouco amigável. Há negação às comunidades do direito à informação e do direito à participação. As condições de trabalho nas obras é outra coisa que tem chamado muita atenção nesse contexto. Falava-se muito que a copa do mundo ia trazer geração de emprego, e o que temos percebido é que há geração de subemprego, um processo muito brutal de repressão aos trabalhadores informais, sobretudo, na época do megaevento, o voluntariado, a FIFA não contente com o lucro que ela vai ter. É importante lembrar que essa copa muito provavelmente vai ser a que mais vai gerar lucros de toda historia das copas do mundo. A última copa realizada na África do Sul rendeu em torno de três bilhões pra FIFA. Essa Copa no Brasil está previsto rendimento de sete bilhões. Então se explicam a perseguição às lideranças sindicais, o desrespeito ao direito à greve e à mobilização. Daí a exigência da FIFA para acelerar as obras com apoio da grande mídia, que faz com que essa situação, esse regime de trabalho nas obras se torne cada vez mais precário. Mas isso não ocorre

sem resistência: dos doze estados, seis pararam em algum momento em greves, cujas principais reivindicações eram salariais, melhores condições de segurança, pagamentos de horas extras, fim do acúmulo de tarefas, benefícios como plano de saúde, alimentação, transporte, etc. As empreiteiras beneficiadas são as principais financiadoras das campanhas eleitorais, sobretudo dos partidos que estão no poder institucional, como a Odebrecht, a Camargo Correa, a Queiroz Galvão, a Andrade Gutierrez, a OAS, entre outras. E estabelecimentos comerciais proibidos de fazer propaganda e vender produtos de empresas concorrentes dos patrocinadores da FIFA durante os megaeventos. O decreto também dá amplos poderes a FIFA de propriedade do mascote e do símbolo oficial da Copa, áreas de restrição comercial, exclusividade para divulgar marcas, a famosa área de exclusão da FIFA, com raio de mais ou menos 2 km dos estádios. Restrição à captação de imagem e som nos arredores e nos jogos, credenciamento, inclusive da imprensa, é realizado todo pela FIFA, há um processo criminalização sobre uso dos símbolos, monopólio da venda do ingresso. Há uma concessão especial sem restrição para membros da FIFA, equipes, convidados ou qualquer outro indicado pela mesma para entrada no país; seguros feitos pelos governos, dentre outras regalias que a FIFA tá usando aqui no país. Do ponto de vista do acesso à informação e à participação, observamos decisões arbitrárias sem participação da sociedade civil nos investimentos bilionários, estrutura de governança extraordinariamente criada para a copa do mundo, com a quase completa ausência, ou uma sub-representação popular nesses espaços, com autoritarismo, sonegação de informações e vedação da participação popular. Tem impactos também sobre o meio ambiente, sobretudo, quando a gente vê os estudos dos impactos ambientais e os licenciamentos que são feitos muitas vezes de forma irregular, é o caso mais uma vez do VLT de Fortaleza, mas provavelmente de outros lugares também. Há também uma simplificação dos processos de licenciamento ambiental para o interesse público. Há outras questões também relacionadas ao megaevento: o reforço do turismo sexual; violação do direito dos idosos, violação do direito dos estudantes, ampliação dos ataques a moradores de rua porque há uma ideologia da higienização social, parece uma coisa boa, mas na realidade é utilizado para retirar comunidades populares de locais valorizados, e aí, quando a gente compara

esses maciços investimentos do megaevento com o investimento nos esportes e baixos salários dos professores, se percebe que isso é bem complicado. A privatização dos estádios também enfrentou uma luta social importante, pois, no caso do Maracanã o empresário Eike Batista já tinha se candidatado a comprá-lo. E aí surgiu a campanha “O Maraca é nosso”, através do Comitê popular da Copa do Rio de Janeiro que fez uma bela campanha, conseguiu ampliar muito, inclusive conseguiu reverter o processo de privatização do Maracanã. Só pra concluir, eu queria falar que se fala muito que os megaeventos se constituem uma oportunidade histórica para modernização das cidades, pra trazer investimentos, etc, e temos visto exatamente o contrario, o megaevento servindo para privilegiar as elites locais, tem sido um pretexto ótimo para implementar projetos que em outra conjuntura não sairiam do papel porque não teriam condições favoráveis na conjuntura política pra sair. A realidade é outra, é a violação de direito, concessão de privilégios, corrupção, superfaturamento das obras, militarização, criminalização. E o que a gente vê do ponto de vista histórico, é que desde o panamericano ocorreu um ensaio aqui no Brasil pra essas experiências de megaeventos, que foi um completo fracasso social e urbano. Então, faz parte a realização de megaeventos e uma “política de desenvolvimento sustentável e democrático”, que é o discurso oficial. Se a gente for ver historicamente, os jogos de Montreal de 1986 só terminaram de ser pagos em 2006, trinta anos depois; os jogos no Canada deixaram dívida de 910 milhões; os jogos de Barcelona deixaram uma dívida de 1,4 bilhão; os jogos de Sydney 2,3 bilhões. A Grécia todo mundo sabe a crise pela qual passou e passa, e isso está muito associado com a realização da Olimpíada lá.

Vou terminar com uma citação que acho muito simbólica por se tratar de uma fala feita na Assembleia do Rio de Janeiro pelo Deputado Jorge Picciani, fala essa bem representativa da lógica dos megaeventos e da logica subserviente dos poderes constituídos em relação às grandes empresas internacionais, por ocasião de uma demanda de investigação parlamentar vetada: *“Não se pode, a qualquer custo, abrir uma CPI no momento em que o Rio vai receber uma Copa e uma Olimpíada. Os investidores não podem se sentir inseguros”*.

2. O NORDESTE URBANO NO CONTEXTO DA COPA DO MUNDO DE 2014: Um balanço dos impactos pelos Comitês Populares locais

Uma síntese pelos Comitês Populares

Comitê Popular da Copa do Ceará

Em Fortaleza a principal expressão do impacto da Copa do mundo é a construção do Veículo Leve sob Trilhos (VLT). A partir de 2011 as comunidades iniciaram um processo de organização e resistência a um projeto até então desconhecido, embora já em andamento. Para o Comitê Popular da Copa do Ceará é possível perceber os impactos a partir de diversos aspectos:

Ausência de informação e transparência nos processos

“Na Parangaba a gente demorou a se organizar, tivemos noção do impacto em 2011, 2012, quando foram para fazer os cadastros sociais, já haviam sido feitas as marcações nas casas, e nem sabíamos o que aquilo significava”.

“O governo dizia que não podia desapropriar terrenos próximos, porque era muito caro, mas na negociação com a gente eles diziam que os nossos terrenos valiam muito pouco. Elencamos nove terrenos e eles alegavam que o valor do metro quadrado era de três mil reais, e por isso não podiam desapropriar. Quando eles iam negociar com a gente diziam que o nosso metro quadrado valia duzentos e quarenta reais”.

Comitê Popular enquanto espaço de convergências

“A gente percebeu que tinha que se unir, se articular com outros movimentos sociais pra resistir, entrar em contato com outros grupos. Procuramos o Comitê Popular do Ceará, e a partir dessas reuniões começamos a dar alternativas ao governo”.

“Começamos a nos articular com o Comitê e também com o pessoal da faculdade, a reunir, divulgar, andar nas outras comunidades dizendo que não era pra abrir as portas, porque eles não falavam em outras moradias, só falavam no VLT”.

Estratégias de resistência

“A gente fez a articulação entre as 22 comunidades que ficam no trajeto do VLT, conseguimos atrasar bastante as obras, e eles não vão conseguir terminar até a Copa”.

“Quanto às maneiras de resistir, na Marangaba fizemos o governo atrasar pelo menos três meses. A gente segurava os documentos, era pra entregar dez, entregávamos um e segurávamos nove, depois entregávamos mais um e segurávamos oito, e isso foi adiando e atrasando”.

“Fizemos vaquinha, botamos carro de som, conseguimos ônibus pra levar para os atos. Então uma sugestão é não receber o governo ou as empresas sozinho, ou não abrir a porta, chamar alguém do movimento, do Comitê, chamar o vizinho da comunidade e botar pra correr”.

Exploração sexual

“Outro problema do impacto da copa é em relação à exploração sexual. Em Fortaleza, como nos demais estados do Nordeste estão as zonas litorâneas e isso é fundamental, pois, as pessoas não vêm exatamente para copa, mas também para turismo sexual. A questão das travestis é o endividamento; elas têm investido agora, se endividando em São Paulo com cirurgias, para que na Copa consigam tirar o investimento”.

Valor de indenizações e o Programa Minha Casa Minha Vida

“Tem dois tipos de indenização: indenização do valor da benfeitoria do imóvel mais um apartamento do Minha Casa Minha Vida, e se o imóvel for avaliado em mais de 40.000, a pessoa paga o seu apartamento. Enquanto isso você moraria no aluguel social, que também é um problema. Antes, o valor era 200 reais para o aluguel. Depois de muita pressão, aumentou pra 400 reais, mas nesse período os aluguéis aumentaram pra 800 e 1.000 reais”.

“Em relação ao ‘Minha Casa Minha Vida’ a gente tem uma crítica ferrenha que ele seja aplicado às obras do VLT. O déficit habitacional em Fortaleza está em pouco mais de 100 mil, e este programa é destinado para quem não tem onde morar. Então, o governo pega o pessoal desapropriado pelo VLT e coloca na

fila de quem já estava esperando há muito tempo, e outra critica em relação ao valor do aluguel social que não acompanha o aumento da valorização dos imóveis”.

Relação com a mídia

“Quero chamar atenção para um ponto específico que é a mídia. A gente tem utilizado muito o termo ‘diretamente atingido’, acho que todas as pessoas da cidade são diretamente atingidas. No sentido das notícias, da contrainformação, as remoções ainda são tratadas por alguns jornalistas, mas e as outras pautas? Até agora na mídia tradicional de Fortaleza não saiu nada sobre aumento da exploração sexual e tráfico de pessoa. Não saiu nada! Não sai nada consistente e didático sobre os recursos públicos utilizados”.

Comitê Popular da Copa do Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte um dos principais impactos da copa do mundo de 2014 é a construção de um corredor de via expressa à arena Natal. A experiência de mobilização articulando diversos parceiros, e a constituição da Associação Potiguar dos Atingidos pelas obras da Copa merece destaque na luta contra as remoções das famílias.

Articulação dos coletivos

“Em abril de 2011 o Comitê Popular da Copa Natal se instalou, com várias pessoas de entidades, tivemos muita dificuldade no início do projeto”.

“Em março, abril, tivemos notícias que as casas seriam desapropriadas, e começamos as reuniões nas quadras, no bairro, e tiramos uma comissão de moradores pra ir até a Secretaria do governo responsável pelas obras da copa, a partir dali a gente começou a se reunir, começamos a percorrer toda área, porque também não conhecíamos o projeto, só aquelas informações”.

O Comitê Popular enquanto espaço de convergência

“A gente procurou o Comitê que já tinha feito dois seminários, um na zona norte e um na zona oeste, isso no final de outubro de 2011, quando procuramos o Comitê fomos acolhidos, falamos da nossa preocupação, o comitê acolheu e pautou um seminário em 12 de novembro de 2011 e mobilizamos desde a Prudente de Moraes - que é onde contorna o estádio - até a ponte, que é aonde vai o projeto. Nesse seminário surgiu a ideia de constituir uma associação, porque isoladamente não tínhamos condições de dialogar com a prefeitura, ela sempre dizia que não dava e que não era possível. No dia 12 de novembro nos articulamos e ficou decidida a criação da Associação Potiguar dos Atingidos pelas obras da Copa e no dia 10 de dezembro foi constituída a associação, e com isso tivemos um pouco mais de visibilidade pelo poder público, já não falávamos como cidadão isoladamente, que pra eles cidadão isolado praticamente não existe”.

Ausência de informação e transparência nos processos

“O Comitê popular acionou o Ministério público e fomos chamados pra essa audiência pública. A gente teve acesso ao projeto, e não era exatamente como diziam pra gente, no projeto ia fazer um ziguezague, desviavam de empresas como o Sesi, Banco do Brasil, outros empreendimentos que estavam sendo construídos, postos de gasolina, concessionárias de empresas de ônibus e verificamos que estávamos sendo lesados com aquelas informações que o município tinha dado, dizendo que era de um lado só. Foi quando a gente perguntou e eles disseram que não tiveram culpa, que tinha sido a empresa. Essa empresa ganhou 7 milhões e 800 mil reais só pra montar o projeto, uma empresa de São Paulo que, claro, não conhecia o itinerário”.

“Só tínhamos conhecimento da reestruturação do corredor oeste que atingiria sete bairros da cidade, mas não do tamanho do estrago que iríamos sofrer. Ninguém tinha conhecimento do projeto.”

“Eles perguntavam: ‘Onde você mora?’ ‘Qual número?’ E diziam ‘Teu imóvel vai ser desapropriado’. E a gente perguntava: Quantos metros? Como foi o projeto? Como foi discutido? Quem escolheu o traçado? por que foi escolhido

esse lado? Por causa da energia que fica do outro lado. Pra surpresa nossa a equipe disse secretário, o senhor tá enganado, a energia é exatamente no lado que vai ser desapropriado. Ele ficou desapontado porque não conhecia a área, também nunca tinha ido lá.”

Estratégias de resistência

“No dia da audiência do Ministério Público botamos mais de 200 pessoas, e na Câmara a gente encheu, alugamos ônibus para levar os moradores. Foi feita também uma audiência na Assembleia, fizemos reunião com a Caixa Econômica Federal pra dizer que o projeto era nocivo à sociedade”.

“A gente andou todo o percurso, saía medindo ruas pra mostrar que era viável as avenidas paralelas. São avenidas subutilizadas porque não têm estrutura, era só melhorar, sem necessidade de desapropriar”.

“Tivemos muito apoio da rede nacional de advogados...O Ministério Público também teve uma atuação muito importante, foi nosso parceiro. São quatro conselhos importantes constituídos na cidade, mas nenhum deles funcionava. O Ministério Público, acionado pelo Comitê, determinou que a prefeitura convocasse o conselho das Cidades. No entanto, ninguém tomou as providências, porque não tinha regimento interno, o conselho não funcionou.

A prefeitura só dizia que ia ser desapropriado, não tinha nenhum projeto de relocação das famílias em situação vulnerável. O Ministério Público terminou intermediando entre os atingidos e a prefeitura, que não tinha nenhum projeto e nem discutia a relocação das famílias. O Ministério Público acabou chamando a prefeitura porque tinha que ter um plano de relocação das famílias, que a prefeitura nem falava. Como temos companheiros do Comitê que fazem parte dos Conselhos de habitação e das cidades, pautamos isso, e começamos a ir também nos conselhos de habitação e das cidades. Indicamos vários terrenos baldios que não cumpriam sua função social. Indicamos oito terrenos que a lei diz que se você for desapropriado, o valor da indenização terá que dar pra você adquirir um imóvel nas localizações. Nessas alturas a gente deixou uma marca em Natal, porque fomos atrás de tudo que era possível, da legislação, e eles começaram a se preocupar com a moradia e relocação das pessoas.

“Quando começaram a fazer a caracterização dos imóveis, que é as medições, a gente começou a orientar as pessoas a não deixarem a prefeitura entrar sem mandato. Usamos essa tática também e em março no dia 15 saíram mais de vinte imóveis, tornando trinta e três ao todo de utilidade pública. Duzentas e sessenta e nove residências, cento e dezenove comércio e quarenta e um terrenos baldios. A prefeitura ofereceu recurso para oito imóveis e o juiz deu a emissão de posse apenas pra um imóvel”.

“Nessa altura na época das eleições o instituto Ethos tinha feito um evento com os prefeitos, e nós tomamos a iniciativa de que para ser vistos íamos botar faixas em todas as casas. Como era eleição, as pessoas tinham medo de ser perseguidas e passamos a ser vistos, a imprensa começou a publicar”.

“Fomos falar com o bispo e aconteceu que ele começou ajudando. O prefeito também assinou por escrito, no segundo turno, se comprometendo se eleito a mudar o projeto. E assim aconteceu, pra nossa surpresa em Natal hoje não vai ter nenhuma desapropriação. A alternativa, desde o início, os moradores já apresentavam”.

Comitê Popular da Copa da Bahia

A realização da copa do mundo em Salvador tem impactado fortemente as relações entre as lideranças comunitárias e o governo. Para o Comitê Popular da Copa da Bahia as questões relacionadas à exploração sexual e o tráfico de pessoas também merecem destaque.

Relação entre o governo e as lideranças

“Lá temos tido uma grande dificuldade, primeiro uma estratégia do governo da Bahia de não revelar suas intenções de fazer as remoções, de um projeto desenvolvimentista, de expansão do capital, dos interesses das grandes corporações do capital internacional”.

“Começa a ganância e usura das corporações do capital financeiro, criando contradições dentro das comunidades. Em Salvador as lideranças de todos os

seguimentos passaram a ser funcionários dentro do governo. Não conseguimos afirmar nosso comitê, porque se não existe luta, não existe organicidade, não conseguimos juntar todo mundo porque estão departamentalizados, e a gente termina não tendo capacidade de organizar a luta”.

“A SECOPA convidou um senhor seminário, convidou os artistas, num hotel luxuoso, e dividiu o dinheiro. A gente não conseguiu nem se reunir. A culpa não é nossa, nem dos companheiros, é a conjuntura que tá aí. Não é a toa que estamos vendo isso. Não é a toa que o sorteio da copa vai ser num dos complexos turísticos mais caros do país, que tem que passar por três pedágios, pra dificultar o acesso das manifestações”.

“Salvador tem quase três milhões de habitantes, com cidade alta, cidade baixa, ruas estreitas. Tem uma via expressa que vai rasgar, mas eles estão negociando, fazendo essa cooptação das lideranças”.

Exploração sexual de Crianças e Adolescentes

“Outra questão é da exploração sexual das crianças e adolescentes, lá tem a força feminina que têm feito um trabalho com as prostitutas...um trabalho maravilhoso. E o tráfico das pessoas humanas. Temos que ter um olhar sobre isso.”

Violação do direito ao trabalho e lazer

“Antes lá tínhamos a Fonte Nova, que tinham outros equipamentos, mas na realidade tiraram o que tinha. Além disso, muitos comerciantes foram prejudicados, as baianas de acarajé mesmo não têm mais espaços. Essa COPA não tá trazendo benefício nenhum, só tá trazendo prejuízo”.

“Outra questão é que a Fonte Nova foi demolida, na sua inauguração teve uma confusão, todo mundo saiu se jogando no chão, achando que ia cair. Mas aquele estádio nunca teve ameaça de desabar. E havia um complexo esportivo que foi demolido para se construir um estacionamento. Pior, lá não temos nenhum outro espaço esportivo, com atividade cultural que garanta a presença maior dessas pessoas”.

Comitê Popular da Copa de Pernambuco

O Comitê Popular enquanto espaço de convergência

“O comitê Pernambuco foi formado em outubro de 2010, a partir de um conjunto de organizações e de movimentos que se articularam e pensaram uma forma mais orgânica de atuação. Nos últimos seis meses nós temos conseguido algumas conquistas que não podem ser desconsideradas, tanto no âmbito do comitê, quanto no âmbito mais amplo”.

“O comitê popular da copa atua nesse contexto: um conjunto de tensões, com um conjunto de limites e também de possibilidades.”

Articulação e Mobilização

“Tivemos esse ano uma auditoria participativa junto com a ouvidoria da Presidência da República, que teve como produto um dossiê... em cinco de julho realizamos um ato em frente à Secretaria das cidades...realizamos um protesto em Camaragibe, que mobilizou uma desesperada tentativa de dialogar, por parte do governo do estado”.

“Tivemos em 28 de agosto a marcha pela reforma urbana, onde pautamos o tema da copa, mais uma vez o governo se disse interessado, mas disse que também não poderia fazer muita coisa. Tivemos o Seminário do Observatório das Metrôpoles que discutir também a questão dos impactos da Copa. Semana passada a visita da plataforma DHESCA, e agora estamos realizando o seminário com alguns pontos positivos pra avaliar: a questão da redução das desapropriações em Camaragibe - antes seriam removidos setenta e quatro comerciantes e depois da mobilização feita vão ser impactados apenas vinte e três - e o Coque também nos dá um pouco de esperança, porque iriam ser removidas cinquenta e oito famílias no novo traçado para passagem do VLT, e com muita mobilização do Coque (R)existe, conseguimos impedir as desapropriações das famílias do Coque”.

Ausência de informação e transparência nos processos

“Fomos recebidos (pelo governo) naquele momento, e tentamos construir a discussão acerca das intervenções, mas a estratégia do governo do estado tem sido deliberadamente a de revezamento, de levar no banho-maria. No cotidiano a gente encaminha ofício, marca reunião, e é sempre um novo técnico que diz que vai encaminhar e passar para outro, e fica nessa. O desgaste é enorme nesse processo de tentativa de um dialogo institucional”.

“O governador disse que se prontificaria em se reunir com a gente, com os comerciantes e com o Comitê popular da copa, mas a reunião se deu com o secretário da casa civil Tadeu Alencar, e com o procurador geral do estado Thiago Norões. A partir de uma série de denúncias, ele colocou que as indenizações eram complicadas porque se tratava de dinheiro público, gastos que não se pode superestimar, e coloquei pra ele que se falava sobre gasto público o porquê da não transparência sobre que obras seriam realizadas, o valor dessas obras, e que a utilidade pública dessas obras fosse discutida publicamente”.

“A outra coisa que ele falou é que 90% das famílias aceitaram os acordos feitos pelo governo do estado e ai perguntei pra ele ‘você chama de acordo as ameaças as quais as famílias estão sendo submetidas pelas consultorias?’ porque são famílias extremamente vulneráveis, e não são poucos os relatos de que os técnicos chegam dizendo: ‘você vai lutar contra o Estado? Você acha que vai ganhar? É melhor você aceitar essa indenização que está sendo paga pra você do que você perder tudo’.”

Adoecimento das pessoas

“Essa coisa do adoecimento da população, as pessoas adoecem e falecem porque tem um impacto muito grande na vida das pessoas. Tem um impacto na vida das mulheres sobre a questão do trabalho produtivo e reprodutivo, e do adoecimento, porque a tarefa do cuidado e da mulher, e é ela que tem que ir na prefeitura resolver as questões da desapropriação, então é um adoecimento resultante de outra violação que é do acesso ao direito”.

Moradia enquanto Direito Humano

“Tem outra questão que é que a moradia ainda não está incorporada nos nossos corações e mentes como direito social. A moradia é uma mercadoria, tanto que quando o governo chega e marca as casas em uma expressão nazista, porque é o nazismo sobre outra feição, então ele entra num local inviolável, onde entra quem eu convido, não vê a moradia na perspectiva da política pública, por isso é tão difícil articular isso, essa noção de que é um direito social, que o Estado é corresponsável.”

3. OS CONFLITOS, AS LIÇÕES DA LUTA E ALTERNATIVAS NOS TERRITÓRIOS: depoimentos dos/as atingidos/as pelas remoções das obras da Copa do Mundo, no Nordeste.

CEARÁ

Violações do direito à participação e à informação

“Eu moro em uma comunidade atingida pela obra do VLT e participo do Movimento de Lutas em Defesa por Moradia – MLDM. Há três anos o pessoal do governo começou a entrar na comunidade, pegando as pessoas de surpresa, chamando para cadastro, marcando as casas das pessoas sem perguntar se podia ou não...Teve um dia que veio duas empresas ao mesmo tempo, uma fazendo o cadastro e outra medindo. A gente sem saber o que estava acontecendo, pra que era aquilo, e eles só diziam que era pra sair.”

“O governo começou as obras do VLT, e dizia que não estava mexendo com as casas, mas mexiam nos esgotos, que eram em frente às casas das pessoas, fazendo poeira, tinha gente ficando doente, fomos na SEINFRA pedir pra ver o que estava acontecendo, porque tinha casa rachando”.

“Quando começam a medir, começa a negociação, eles não dão acesso pro morador ver o laudo, é assim rapidinho, é uma falta de respeito. Mostra e diz: ‘seu laudo é esse’, rasga um pedaço de papel de caderno, coloca o valor, e entrega ao morador. A pessoa diz: ‘eu não tô gostando, não vai dar pra comprar uma casa’, e eles dizem: ‘vou levar de volta, mas não sei se vão aumentar, e a gente só vem três vezes, na terceira ou assina ou vai pra justiça’, e as pessoas têm tanto medo da justiça, que termina assinando. Dizem que se não deixar entrar eles vão entrar na marra, com a ordem judicial. É uma falta de respeito!”

“Aconteceu também que eles falam uma coisa, colocam o preço no papel e quando a pessoa vai no banco é outro preço, mas já assinou, não pode fazer nada.”

“Mostraram o vídeo com o VLT, os trilhos passando por cima das casas, e mostraram os apartamentos, que é como um poleirozinho de pombo. E aí eles

chegaram, foram nas casas engabelando o pessoal. Uns não deixaram, mas a maioria deixou”.

“Os técnicos chegaram às casas dos moradores, tem relatos que eles foram chegando na hora do almoço e já entrando, sem pedir permissão, dizendo que tinham que tirar fotos pro governo. As pessoas perguntavam pra que, e eles não sabiam responder, mais ou menos uma semana depois chegavam as cartas convocando as pessoas para reunião com o governo do estado.”

“Em 2011 o governo do estado se comprometeu em fazer audiências publicas nas comunidades, e a primeira seria lá na minha comunidade, até hoje estamos esperando.”

“Depois aumentou para os apartamentos, que são chamados de ‘*apertamentos*’, que é uma vergonha, porque era pra ser pra quem não tem casa. Se for um casal não pode ter filhos, porque vai botar aonde? Não tem área de serviço. É uma falta de respeito! Era bom também alguém pensar nessas leis que o governo passa por cima e faz as deles. Será que não tem uma lei pra quando tiver esses projetos que se faça primeiro um estudo, com alternativas de moradia, antes do projeto? Isso não acontece. Independente de documento, a terra é nossa, nós temos direito”.

Estratégias de resistência

“Quando a gente soube, começamos a articular o Comitê da Copa, o MLDM, o pessoal da faculdade – NAJUC...Começamos a reunir e divulgar, começamos a andar nas outras comunidades de Parangaba à Mucuripe, dizendo que não era pra abrir as portas, porque eles não falavam em alternativas de moradias, só falavam em vagas para o VLT”.

“Na ultima reunião apareceu dois advogadas que a arquidiocese mandou, dizendo que o bispo não estava sabendo. Como? se a gente levantava bandeira, gritava em todo canto...e como o bispo não tava sabendo? e a gente fez um vídeo mostrando como a gente fez, como fazíamos reuniões de bairro a bairro”.

“Como as pessoas ficaram indignadas com os valores das indenizações, começamos a nos organizar em assembleias, e nessas assembleias tiramos

uma comissão de seis pessoas pra representar a comunidade em audiências públicas, reuniões, etc.”

“O MLDM é um grupo formado por moradores, é o Movimento de Lutas em Defesa por Moradia. É formado por moradores. Toda segunda feira a noite nós temos reuniões nas comunidades, e tem um dia que tiramos pra fazer assembleia, e as outras comunidades participam também. A gente sai a procura de ajuda no Ministério Público Federal, que é o que temos um pouquinho mais de confiança. Temos uma apoiadora que é uma desembargadora aposentada, mas tá o tempo todo nos apoiando, tem também o escritório Frei Tito”.

Adoecimento e falecimento de pessoas atingidas

A trilha do Senhor foi uma das mais resistentes, mas há três semanas eles começaram por causa de uma medida cautelar. A comunidade está com medo, estão sendo obrigados. Tem famílias que choram quando veem o funcionário; já começam a se tremer, a chorar. “Têm pessoas de 70 anos, que às vezes estão sozinhas em casa e já começam a chorar, e aí eles já entram amedrontando...”

Baixos valores das indenizações

“Foram chamando morador por morador e apresentando a proposta, dizendo quanto seria a indenização, os valores foram muito baixos, tinha casa que foi avaliada em quatro mil reais”.

“A gente sabe que com esse boom imobiliário, os preços, o valor do metro quadrado ele quase triplicou de um ano pra cá”.

“Eu não sei se vão conseguir aumentar o preço de metro quadrado, porque eles não aumentam, a vitória é que há três anos eles falavam apenas em benfeitoria, não falavam em pagar a terra. Numa reunião ele mesmo falou: Quem mora da área de domínio eu vou indenizar pela benfeitoria, e somente pela benfeitoria”.

Avanços

“Em meados de 2012 conseguimos uma vitória parcial, foi apresentado pela SEINFRA que seria removido apenas vinte e duas casas. Em 2013 o processo de remoção mudou de responsabilidade de uma empresa pra outra, que fez novos cadastramentos e medições. Seriam 203 casas do início, diminuiu para 23 e agora aumentou para 66 casas por completo e 13 parcialmente”.

“Pra quem escolhe o apartamento, o aluguel social é de 400 reais, com as novas medições e a nossa luta, o valor aumentou um pouco. Lá na comunidade nós apresentamos uma alternativa, levamos a proposta de um terreno próximo, que fica a dois quarteirões, e eles aceitaram. Só que não tem nada construído, só tem o terreno cercado, mato, e a promessa.”

“Tivemos vitórias, que foi diminuir o impacto, na minha comunidade ia sair toda, mas agora é o mínimo mesmo. Com a nossa luta de três anos pra cá conseguimos muitas vitórias, diminuir o impacto, mudar três estações e tá saindo o mínimo das famílias”.

BAHIA

Violações do direito à participação e à informação

“Não houve participação popular, houve quatro audiências, duas sem a presença do povo”.

Violação do direito ao esporte, lazer e meio ambiente

“O projeto linha viva é uma herança que não tem serventia nenhuma pra comunidade. Uma pista que não tem ciclovias vai deixar pessoas desabrigadas, mais ou menos três mil só em Saramandaia. Vai haver poluição sonora e ambiental. É um projeto que vai tirar dois campos de futebol, duas escolas e um centro onde é formado os jovens de nossa comunidade”.

Estratégias de resistência

“Então usamos o que a gente sabe fazer. Se eu sei fazer manifestação, engarrafar a rua e tocar fogo, nós vamos fazer isso. No mês passado fizemos

isso. Quando a gente chegou na ultima manifestação tinha mais de vinte viaturas esperando a gente, moto, tudo, mas graças a Deus foi tudo bem.”

Baixos valores das indenizações

“A gente também tá preocupado com a remoção. Lá o prefeito dá cento e cinquenta reais para auxilio moradia, durante três meses, depois desse tempo a gente não sabe o que vai fazer”.

RIO GRANDE DO NORTE

Violações do direito à participação e à informação

“Eram muitas as dificuldades, primeiro porque diziam que não tinha tempo. Fizemos um abaixo assinado, tentamos uma audiência com a prefeita, ela saiu do mandato e até hoje nada”.

“As pessoas só começaram a ter noção quando a prefeitura só ofereceu recursos para oito dos trinta e três imóveis indicados, ai viram que o estrago era muito grande. O juiz deu emissão de posse pra uma pessoa. A prefeitura pegava um técnico mais dois estagiários e mandavam na casa das pessoas e levavam as informações pros engenheiros que faziam os cálculos sem ver, somente com as informações”.

Estratégias de resistência

“A nossa luta é a seguinte, como a gente tem essa dificuldade com o poder publico, a gente se articulou no Comitê, ai a gente começou a caminhar coletivamente. E ai a gente começou a fazer as reuniões do comitê nas segundas feiras. Da mesma forma, quando tivemos acesso ao projeto, mandamos imprimir e levamos as pessoas com mais dificuldade de acesso. Em vez de chamar pro centro, a gente ia pras comunidades. Quando tínhamos informações a gente saia. Começamos com carro de som, mas não deu certo porque as pessoas não estavam em casa, e depois foi com convite pessoalmente. Foi uma luta enorme.”

“Surgiu uma ideia que fizesse um workshop na universidade pra apontar alternativas. Já apontávamos que aquele projeto não ia resolver nada.”

“Nossa vitória só se deu em função do Comitê, porque em toda reunião iam dez advogados, e aí a gente orientava a comunidade em função dessas orientações.”

PERNAMBUCO

Violação do direito à participação e à informação

“Fizemos um protesto no gabinete do governador. Eles mostraram um projeto que nos atrapalhava, todos os arquitetos parceiros foram unânimes em dizer que era um absurdo...eles deram quinze dias pra gente apresentar uma proposta. Depois nos ligaram e chamaram pra uma reunião sem dizer o que era, e nos deram um pacote de mentiras”.

“As pessoas são idosas, pessoas que chegaram lá em 1940, são essas pessoas que estão sendo tiradas de suas casas sem explicação, sem conhecimento e sem indenização. As pessoas não estão se manifestando contra porque têm medo de falar, de agir. Infelizmente a prefeitura se excluiu do processo de negociação com o governo do estado. Algumas pessoas que estão resistindo, estão sendo ameaçadas”.

“O Estado está fazendo o seu papel, é um Estado neoliberal, e não vai ser diferente. No Coque tem uma situação que é muito chocante, porque o estado está indo cooptar as pessoas, ele está indo individualmente negociar as casas com as pessoas e famílias, então é muito preocupante.”

Baixos valores das indenizações

“Essa obra que estão fazendo pra ter cerca de 600 casas removidas é um absurdo! As indenizações são em torno de cinco, seis, sete mil reais...”

“Aqui quando veio o traçado para avaliar era quarenta, vinte, vinte e cinco mil, eles avaliavam e diziam: ‘o valor é esse’. Se o morador fosse vender e botasse uma placa de sessenta, setenta ou oitenta mil ele vendia, mas é o que eles querem e pronto. Atravessou a ponte, o metro quadrado é lá em cima, mas à comunidade do Coque eles alegam que só temos que ser indenizados pela benfeitoria, porque dizem que a terra não é nossa”.

“A nossa comunidade sofre com uma coisa comum de todos os depoimentos: as famílias que estão sendo expulsas estão sendo pagas com valores irrisórios”.

Adoecimento e falecimento de pessoas atingidas

“Quando vimos a senhora chorando aqui, é a realidade, temos pessoa que passam mal, que sofre derrame, que se aperreiam.”

“Na última semana mexeu comigo a situação de uma família, são pessoas deficientes, são duas moças que estão morando lá, a condição delas de lutar é muito difícil.

“Tem um grupo, não sei se é de governo, pessoas da área jurídica, que estão ameaçando as pessoas. Ontem o cunhado do meu irmão mudou-se nessas condições. Ele não recebeu a indenização. Ele disse que era um juiz. Disse que a pessoa disse: ‘Ah, tá achando pouco? Então eu vou diminuir seu prazo pra deixar o imóvel’, e ele tá mudando nessas condições. Não tá sendo dado nenhuma oportunidade decente pra essas pessoas. Hoje São Francisco, em em Timbi, ambos em Camaragibe, as pessoas estão saindo sob ameaça, a gente mora em um país que as pessoas que ainda têm medo da polícia.

“É ‘sai e sai e acabou’; essa coisa da doença é muito forte, as mulheres e homens estão com depressão. É fato. O valor não é só material, mas é o de construir suas famílias”

“É importante dizer que Senhor Nelson e Senhor Manoel sofreram derrame, Nelson se recuperou, Manoel não; está na cadeira de roda e Severina que é minha tia, faleceu, começou a se agoniar com isso tudo e não resistiu.”

4. OUTRAS QUESTÕES DE REALCES

A partir da socialização das experiências, debates e reflexões acerca das diversas formas de violação do direito à cidade em função das obras para a Copa do Mundo de 2014, o Seminário apontou algumas questões de realce que dialogam com as realidades das cidades no Nordeste, merecedoras de especial atenção:

Diálogos, resistências e o governo

- Atentar para as formas de diálogo, resistência e posicionamento diante dos agentes do governo;
- Encontrar novos espaços de articulação (multiplicidade de espaços institucionais, com ou sem a presença do governo);
- Resignificar a legalidade (mostrar que o governo age mais ilegalmente que as comunidades e trabalhar com a noção de justiça e legalidade);
- Considerar as inevitáveis mentiras, informações parciais ou incompletas e tentativas de acomodação e amedrontamento por parte dos governos;
- Atentar sobre o perigo da incorporação ou envolvimento de atividades onde os movimentos são postos como c gestores da ação.

Memórias e visibilidade

- Reconhecer e valorizar as histórias ricas das comunidades;
- Considerar que há uma política sistemática de desaparecimento das memórias das comunidades e coletivos tentando adequá-los aos projetos de desenvolvimento;
- Perceber que a destruição das memórias tem o objetivo de invisibilizar os espaços (modificam-se as histórias e as memórias e os espaços passam a não mais existir);
- Considerar a dispersão como uma estratégia recorrente, a fim de não concentrar as pessoas e, portanto, servindo para apagar memórias;
- Criar visibilidade sempre, usar a comunicação pra mostrar e fazer com que os outros vejam a luta.

Tempos

- Considerar que há uma disputa sobre o tempo: Dois tempos diferentes em jogo;
- Perceber e lutar pelo tempo da comunidade enquanto um tempo da 'regra progressiva', onde as pessoas vão melhorando;
- Reconhecer a comunidade como um projeto de vida e convivência coletiva, não de desenvolvimento ou de megaevento;
- Reconhecer que o megaevento tem outro cronograma, outra perspectiva de tempo: Primeiro um tempo burocrático, onde a gente não pode ouvir nada, e depois, finalmente, chega o tempo de correr e executar tudo, não pode escutar ninguém, tendo que obedecer a um prazo, e a um plano.
- Lembrar do 'tempo de fuga'. Uma vez que está feito o evento, os governos mudam a cara e olham em outras direções, pra outros projetos, pra outras coisas, e nessa hora não tem ninguém pra falar com a comunidade. Quem não foi beneficiado, compensado, mitigado, não vai ser mais;
- Obedecer como guia de nossa ação o cronograma que não é o 'nosso tempo'.

(Des)controle social

- Repetidas narrativas de que os conselhos não fazem nada, que têm componentes em que não acreditamos, que não estão efetivamente funcionando;
- Estamos em uma espécie de descontrole social. Esses espaços criados terminam criando uma noção de que estamos com mais espaços democráticos, mas não vemos efetivamente funcionando;
- É preciso pensar que as mudanças ocorrem em termos de controle social em tempos de mudanças políticas. Como a política termina explicando a gente o que tá acontecendo, sobretudo, com os processos de continuidade e descontinuidade das gestões.

- Em Pernambuco o estado se orgulha em dizer que é um canteiro de obras. Os trabalhadores são os que sofrem, e para os movimentos sociais que nasceram para defender os trabalhadores, de repente os trabalhadores se tornam os menos visíveis.

O silêncio dos hegemônicos

- O silêncio está imposto pelas novas hegemonias;
- Não escutamos muito o que é dito pela Odebrecht, pela OAS, pelos que vão se interessar nos leilões, não dialogamos com eles, eles são muito escutados pelos fazedores dos projetos;
- O interesse dos que estão investindo nesse capital é o do 'não diálogo'.

5. AGENDA DE LUTAS e ENCAMINHAMENTOS

1. Reunir e socializar todo material exposto durante o Seminário;
2. Produzir e publicar relatório do Seminário com a colaboração dos Comitês Nordeste – RN, CE e BA;
3. Produzir um Boletim Digital sobre o Seminário Nordeste;
4. Difundir as Campanhas “FIFA pior corporação do mundo”, “Nós Valemos Mais” e “Cidades Seguras para as Mulheres”;
5. Articulação do Nordeste para o Encontro Nacional de atingidos por mega projetos – paralelo à reunião da cúpula dos BRICS – Fortaleza – março 2014;
6. Encontro Nacional da ANCOP – 13, 14 e 15 de dezembro 2013;
7. Definir uma estratégia de articulação para ação integrada de Jornalistas e comunicadores/as em rede fortalecendo a ação da ANCOP (para além do Projeto aprovado no Fundo Brasil de Direitos Humanos);
8. Seminário Nacional dos Observatórios das Metrôpoles – 10 a 12 de dezembro 2013 – Rio de Janeiro;
9. Publicação de um livro com os resultados da pesquisa local do Observatório (Recife);
10. Produzir estudos e pesquisas sobre impactos do endividamento público (ANCOP e Observatório) – sugestão de transformar em agenda nacional;
11. Simpósios especiais do Comitê de Povos Tradicionais e Meio Ambiente – reunião de Antropologia – Agosto 2014 – Natal RN;
12. Fortalecer as Campanhas “Aliança Nacional dos Adolescentes por uma Copa Sem Violência” e “Não brinque com o meu direito” - Buscar articulação para produção de diagnósticos e outros dados, a fim de ganhar adesão nas estratégias dos Comitês;
13. Articular os comitês populares e a REJUMA durante o Encontro Nacional dos Coletivos Jovens do Meio Ambiente – dezembro 2013 – Pirenópolis – GO;
14. Articular e mobilizar o Enlace da Juventude durante a Cúpula dos Povos;
15. Mobilizar o Levante Popular da Juventude para o Comitê Popular da Copa em Pernambuco e demais comitês do Nordeste;

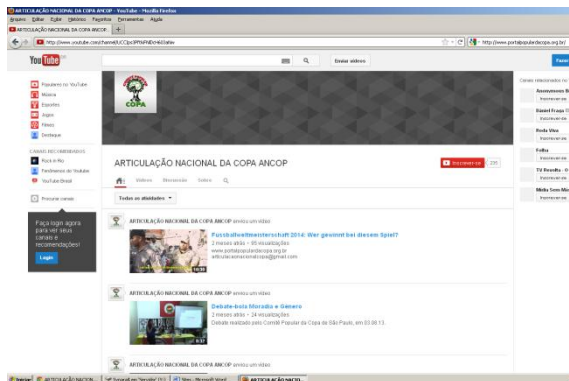
16. Publicar no site da REJUMA e socializar na lista nacional todo material produzido pelos Comitês Populares;
17. Nota Pública e repúdio a Vicente André Gomes - Presidente da Câmara Municipal do Recife;
18. Disponibilização de novos estudos e pesquisas acadêmicas no site da ANCOP;
19. Reforçar resolução da ONU sobre segurança da posse enquanto ação articulada dos Comitês Populares;
20. Discutir o papel da ANCOP no Fórum Social Mundial – janeiro 2014 - Porto Alegre;

6. SITES E VÍDEOS SUGERIDOS

Sites

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA - ANCOP

<http://www.youtube.com/channel/UCClps3PftkiFNIDcH603aNw>



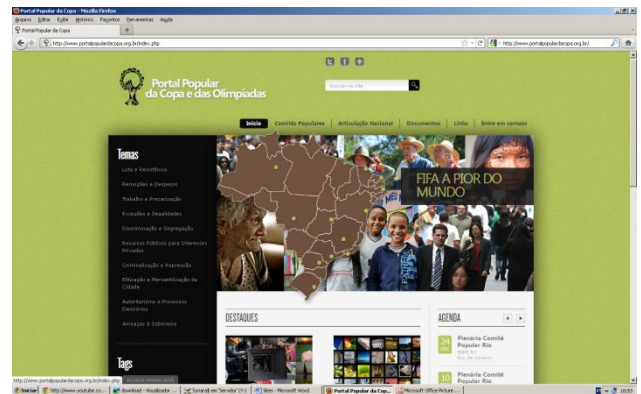
<http://direitoamoradia.org/>



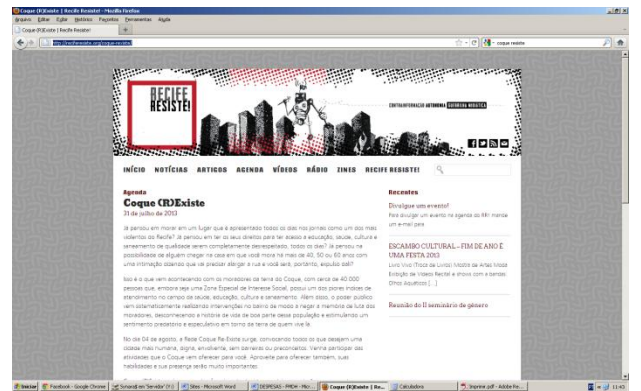
<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>



<http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php>



<http://reciferesiste.org/coque-rexiste/>



<http://www.fase.org.br/v2/index.php>



<http://www.habitatbrasil.org.br/quem-somos/habitat-brasil.aspx>



<http://www1.cendhec.org.br/cms/opencms/endhec/pt/programa-dc/index.html>



www.etapas.org.br



<http://www.linhavivanao.com/>



Vídeos

A preparação do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, mais de 100 mil pessoas já foram removidas ou estão ameaçadas. Este vídeo utiliza imagens da internet feitas por moradores, ativistas, movimentos e jornalistas para denunciar as violações de direitos humanos no Rio de Janeiro. A compilação faz parte de um projeto de curadoria ativista de vídeos, que passou 18 meses identificando, verificando e sistematizando 114 vídeos divulgados sobre o tema entre 2008-2012.

<http://direitoamoradia.org/?p=21898>



A professora Raquel Rolnik fala sobre megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e seus impactos sobre os Direitos Humanos. Este vídeo foi gravado especialmente para exibição na segunda edição do evento "Diálogo Conectas & Livraria Cultura", cujo tema foi "Copa e Olimpíada: Quem Vai Ganhar?", no dia 15 de outubro, na Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo.

<http://www.youtube.com/watch?v=icqCmx4Y2RY>



[XpXM&list=PLSHVqY3Eco2icP1hfAhjbY4Z0qbObGcdd&index=1](https://www.youtube.com/watch?v=XpXM&list=PLSHVqY3Eco2icP1hfAhjbY4Z0qbObGcdd&index=1)



Copa 2014: Quem ganha com esse jogo?

<http://www.youtube.com/watch?v=HmoLZBtqQ3c>



Veículo Pesado para as Comunidades dos Trilhos

Reportagem da Rede Anote (www.anote.org.br) sobre as remoções de moradias em Fortaleza ocasionadas pelas obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), modal de transporte que compõe as intervenções de mobilidade para a Copa do Mundo da FIFA 2014. <http://www.youtube.com/watch?v=XKjPxGgmtBE>



Essa Copa é do Satanás!

<http://www.rls.org.br/texto/%E2%80%99Cessa-a-copa-%C3%A9-coisa-do-satan%C3%A1s%E2%80%9D>

<http://www.rls.org.br/midia/essa-copa-%C3%A9-coisa-do-satan%C3%A1s>



Redes sociais

Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa

<https://pt-br.facebook.com/pages/Articula%C3%A7%C3%A3o-Nacional-dos-Comit%C3%AAs-Populares-da-Copa/219757011452914>

Campanha: Nós Valemos Mais

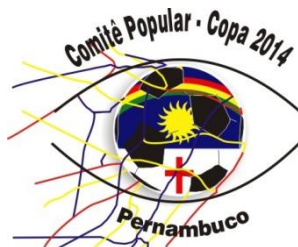
<https://www.facebook.com/nosvalemossmais?fref=ts>

Gol Contra' – Copa Favela

Copa Favela 2014 apresenta 11 jogadores que perderam tudo no jogo da Copa da Fifa 2014 no Brasil. Pernambuco, São Lourenço da Mata, Camaragibe e Recife.

<http://www.youtube.com/watch?v=NPLlck0>

Realização:



Produção e Gestão:



Apoio e Parceria:



Instituto Rosa Luxemburg Stiftung

Agradecimentos especiais:

Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada	HABITAT
ANCOP (Articulação Nac. Comitês Populares da Copa)	ETAPAS
Comitê Popular da Copa do Ceará	DIACONIA
Comitê Popular da Copa do Rio Grande do Norte	COPA FAVELA/Olinda
Comitê Popular da Copa de Pernambuco	FERU (Fórum Estadual de Ref. Urbana/PE)
Comitê Popular da Copa da Bahia	FNERU (Fórum Nordeste de Ref. Urbana)
Atingidos pelas remoções das obras da Copa - Fortaleza	COQUE RESISTE/Recife
Atingidos pelas remoções das obras da Copa - Natal	DIREITOS URBANOS/Recife
Atingidos pelas remoções das obras da Copa - Salvador	NAJUP/Recife
Atingidos pelas remoções das obras da Copa - Recife/Camaragibe	OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES PE
Rede Combate Exploração Sexual Crianças e Adolesc/PE	FORUM MULHERES DE PERNAMBUCO
REJUMA (Rede de Juventude pelo Meio Ambiente)	SOS CORPO
UFPE/ANTROPOLOGIA/FAGES	Agência Pulsar
CENDHEC	Brisa Comunicação e Arte
	Érika Nascimento/produção Relatório

